

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 e 2021	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Atlântico S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 31 de março de 2022, continha parágrafo de ênfase relacionado a procedimento arbitral que foi extinto em 28 de outubro de 2022.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – informação suplementar

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de companhia, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.346	73.518
Contas a receber	6	3.513	3.448
Tributos a recuperar	7	1.364	73
Despesas antecipadas		257	-
Partes relacionadas	13	8	-
Adiantamentos		126	384
		<u>40.614</u>	<u>77.423</u>
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		20	20
Despesas antecipadas		1	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	33.133	30.737
Outros ativos		26	21
Imobilizado		217	211
Intangível	8	218.086	220.643
Direito de uso	10	2.000	440
		<u>253.483</u>	<u>252.072</u>
Total do ativo		<u>294.097</u>	<u>329.495</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores		2.519	2.512
Debêntures	9	800	-
Obrigações sociais e trabalhistas		1.862	1.299
Obrigações tributárias		1.015	927
Arrendamentos	10	837	468
Provisão para conserva especial	11	2.444	-
Outras obrigações		4.095	591
		13.572	5.797
Passivo não circulante			
Debêntures	9	160.211	152.029
Arrendamentos	10	1.225	54
Provisão para contingências	14	458	-
Partes relacionadas	13	50.796	99.029
Provisão para conserva especial	11	3.173	2.833
		215.863	253.945
Patrimônio líquido			
Capital social	15	126.756	126.756
Prejuízos acumulados		(62.094)	(57.003)
		64.662	69.753
Total do passivo e patrimônio líquido		294.097	329.495

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Receita líquida de serviços	16	61.777	59.044
Receita de construção	16	6.163	1.966
		67.940	61.010
Custo dos serviços prestados	17	(36.295)	(31.128)
Custo de construção	17	(6.102)	(1.947)
Lucro bruto		25.543	27.935
Gerais e administrativas	18	(14.010)	(8.646)
Outras receitas (despesas) operacionais		808	-
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		12.341	19.289
Receitas financeiras	19	3.556	733
Despesas financeiras	19	(23.384)	(12.075)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.487)	7.947
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	-	(927)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	2.396	(421)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(5.091)	6.599

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(5.091)	6.599
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(5.091)</u>	<u>6.599</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2020	126.756	(63.602)	63.154
Lucro líquido do exercício	-	6.599	6.599
			-
Em 31 de dezembro de 2021	126.756	(57.003)	69.753
Prejuízo do exercício	-	(5.091)	(5.091)
			-
Em 31 de dezembro de 2022	<u>126.756</u>	<u>(62.094)</u>	<u>64.662</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(7.487)	7.947
Ajustes			
Margem de construção		(61)	(19)
Depreciação e amortização		11.379	10.285
Juros e variações monetárias, líquidas		22.922	11.812
Provisão para contingências		458	-
Provisão para conserva especial		2.784	1.647
Baixa do imobilizado e intangível		-	51
Resultado ajustado das operações		29.995	31.723
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber	6	(4)	(959)
Despesas antecipadas		(197)	-
Tributos a recuperar		(1.182)	518
Adiantamentos		197	333
Outros ativos		(6)	5
Fornecedores		7	(179)
Obrigações tributárias		88	(2.675)
Obrigações sociais e trabalhistas		563	65
Partes relacionadas		(8)	564
Provisão para conserva especial		-	(491)
Arrendamento		-	150
Outras obrigações		3.505	551
		32.958	29.605
Juros pagos		(11.406)	(10.450)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		21.552	19.155
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação financeira		-	5.328
Adições líquidas ao intangível		(10.341)	(2.419)
Adições líquidas ao imobilizado		(48)	(120)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de investimentos		(10.389)	2.789
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de financiamentos e debêntures	9	(1.467)	(113.968)
Partes relacionadas		(49.080)	-
Captação/Baixas de arrendamento	10	1.321	(1.155)
Captação de financiamentos e debêntures	9	-	152.029
Caixa líquido (consumido) gerado pelas das atividades de financiamentos		(49.226)	36.906
(Diminuição) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(38.063)	58.850
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	73.409	14.668
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	35.346	73.518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Receita de serviços	67.812	64.628
Receita de construção ICPC 01-R1	6.163	1.966
Perda efetiva do contas a receber	-	(12)
	<u>73.975</u>	<u>66.582</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(606)	(15.566)
Custo de construção ICPC 01-R1	(6.102)	(1.947)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(19.663)	(567)
Valor adicionado bruto	<u>47.604</u>	<u>48.502</u>
Depreciação e amortização	(11.378)	(10.285)
Apropriação de seguros	(577)	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>35.649</u>	<u>38.217</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.556	769
Outros	808	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>40.013</u>	<u>38.986</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	14.149	11.232
Remuneração direta	9.954	7.344
Benefícios	3.734	3.400
FGTS	461	488
Impostos, taxas e contribuições	5.614	8.907
Federais	2.056	5.634
Estaduais	-	38
Municipais	3.558	3.235
Remuneração de capitais de terceiros	<u>25.341</u>	<u>12.248</u>
Juros	23.379	10.203
Aluguéis	53	136
Outras	1.909	1.909
Remuneração de capitais próprios	(5.091)	6.599
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(5.091)	6.599
Valor adicionado distribuído	<u>40.013</u>	<u>38.986</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações fechada, com sede no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco).

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. (“Verona”) e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. (“Monte Rodovias”), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

1.1. Procedimentos arbitrais

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e (ii) em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA.

Em 14 de setembro de 2022, CRA e COESA (antiga OAS) peticionaram no Procedimento Arbitral informando a celebração de acordo entre estas e, na sequência, em 18 de outubro de 2022, CRA e CNO apresentaram petição conjunta informando a realização de transação entre as Partes, bem como requerendo a extinção do feito diante dos acordos celebrados, que não representaram ônus financeiro para a CRA. Em 28 de outubro de 2022, o Tribunal Arbitral proferiu sentença homologatória, determinando a extinção do procedimento arbitral.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$).

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do 16 CPC 06 (R2) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como o valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2023.

Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis.

2.2. Arrendamentos

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação.

As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco da Companhia.

Os ativos de direito de uso são amortizados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial.

2.3. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração valor adicionado”.

2.4. Prejuízo/lucro por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

2.5. Segmentos operacionais

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 5)

2.7. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante”.

Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Esperada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”).

2.8. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

2.9. Partes relacionadas

O saldo de mútuo foi registrado, inicialmente, a valor justo, e mensurado, subsequentemente, ao custo amortizado, com prazo de realização superior a 12 (doze) meses e, conseqüentemente, classificado no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 13).

2.10. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período/ exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.12. Intangível

2.12.1. Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 8).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado de forma linear ao período da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 (R1) – “Custos de empréstimos”.

2.13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social como ativos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências para comprovar que a Companhia apresentará lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.16. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 15).

2.17. Reconhecimento da receita

A companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades e se baseiam suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contratos de concessão”, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

2.18. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

- Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração estão relacionados a seguir:

a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou a Companhia de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados da Companhia de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Anualmente, a Companhia testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 12.

c) Reconhecimento de margem de receita de construção

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é de 1%, a Companhia utiliza o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia estimou como base para amortização dos bens intangíveis originados do contrato de concessão, um modelo linear em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais da sua infraestrutura.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, limitado ao prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

e) Provisões para passivos contingentes

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4. Instrumentos financeiros

4.1. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

4.2. Passivos financeiros

Classificação

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Reconhecimento e mensuração

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia a expõe aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de elevação da taxa de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de não atender os indicadores contratuais presentes no contrato das debêntures emitidas.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas de preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre se antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A companhia busca preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no descumprimento os indicadores contratuais presentes no contrato das debêntures emitidas, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco. A Companhia acompanha a situação do mercado continuamente além da situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber além de manter suas contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Nota	2022	2021
Debêntures	9	161.011	152.029
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(35.346)	(73.518)
Dívida líquida		125.665	78.511
Total do patrimônio líquido		64.662	69.753
Total do capital próprio e de terceiros		190.327	148.264
Índice de alavancagem financeira - %		66%	53%

5.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	5	35.346	73.518
Contas a receber	6	3.513	3.448
Outros ativos		26	21
Total		38.885	76.987
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures	9	161.011	152.029
Fornecedores		2.519	2.512
Arrendamentos	10	2.062	522
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		4.095	591
Total		169.687	155.654

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	2.375	5.234
Aplicações financeiras	32.971	68.284
Total	35.346	73.518

A Companhia mantém aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber

	2022	2021
Meios de pagamentos eletrônicos	2.758	2.537
Vale pedágio	89	141
Receitas acessórias	666	770
Total	3.513	3.448

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

8. Tributos a recuperar

	2022	2021
IRRF sobre aplicações financeiras	773	-
Saldo negativo IRPJ	36	-
Saldo negativo CSLL	55	-
Outros	500	73
Total	1.364	73

9. Intangível

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Edifícios e instalações	7.582	(2.025)	5.557	4.503
Direito de concessão de serviços públicos	269.349	(72.549)	196.800	205.090
Hardware e equipamentos de pedágio	9.283	(5.504)	3.779	4.074
Desapropriações	62	(17)	45	47
Máquinas e equipamentos	3.485	(1.904)	1.581	1.710
Móveis e utensílios	514	(355)	159	193
Obras em andamento	8.269	-	8.269	2.862
Total	298.544	(82.354)	216.190	218.479
Outros intangíveis				
Softwares	2.706	(810)	1.896	1.797
Adiantamento a fornecedores e outros	-	-	-	366
Total	2.706	(810)	1.896	2.163
Total	301.250	(83.164)	218.086	220.642

Contrato de concessão - infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	220.642
(+) Adições	7.343
(-) Amortizações	(9.899)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	218.086

10. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures IPCA - 12431	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	169.781	160.000
Custos de captação e estruturação					(8.770)	(7.971)
Total					161.011	152.029
Passivo circulante					800	-
Passivo não circulante					160.211	152.029

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	152.029
(+) Juros incorridos	21.855
(-) Juros pagos	(11.406)
(+/-) Custos da transação	(1.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.011

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora (a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente, e (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão, e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são (i) o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia e (iv) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas (“covenants”)

A Escritura das Debêntures possui cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022.

O índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022

Prazos de vencimento

2023	800
2024	1.600
2025	3.200
2026	5.600
2027 em diante	149.811
Total	161.011

11. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de 7,15% a.a. para a CRA.

Direito de uso (Ativo)

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	440
(+) Adições	3.000
(-) Amortizações	(1.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.000

Arrendamento (Passivo)

Arrendamento	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	837	468
Passivo não circulante	1.225	54
Total	2.062	522

Movimentação

	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	522
(+) Adições	3.000
(+) Apropriação de juros	219
(-) Baixas	(1.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.062

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 5,79% a.a. para o período de 01/01/22 a 31/12/22 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

Passivo de arrendamento	31/12/2022
Fluxo real	
Passivo de arrendamento	2.062
Despesa financeira	219
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	2.090
Despesa financeira	222

A Companhia não possui outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

12. Provisão para conserva especial

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava saldo de R\$ 5.617 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 2.833) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 05 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 14,2% a.a.

13. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	31.610	29.983
Diferenças temporárias	1.523	754
Ativo diferido, líquido	33.133	30.737

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Período	
2023	1.392
2024	1.974
2025	2.648
2026 em diante	25.596
Total	31.610

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(7.487)	5.277
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	2.546	(1.794)
Adições / exclusões permanentes	(150)	(123)
Adições / exclusões temporárias	-	960
Outras adições/exclusões	-	48
IR e CSLL corrente constituídos no período	-	(685)
IR e CSLL diferido constituídos no período	2.396	(224)
Total de IR e CSLL no resultado	2.396	(909)

14. Partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas		
Mútuo entre CRA x Verona	50.796	99.029
Total	50.796	99.029

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o saldo de R\$ 50.796, (R\$ 99.029 em 31 de dezembro de 2021) decorrente de transações com partes relacionadas com a sua controlada direta Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (mútuo).

A variação do saldo no período em questão, deve-se ao pagamento de mútuo e ao provisionamento de juros, como detalhado no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	99.028
(-) Pagamento de principal	(49.080)
(+) Provisionamento de juros	848
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.796

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.666 (R\$ 1.097 em 31 de dezembro de 2021), referente à remuneração dos administradores.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, sendo:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	438	-
Trabalhistas	20	-
Total	458	-

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 43.140 (R\$ 1.225 em 31 de dezembro de 2021).

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 126.756, representado por 141.438.908 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 126.756 em 31 de dezembro de 2021, representado por 141.438.908 ações).

17. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de pedágio	67.284	62.839
Receitas acessórias	2.152	1.790
Impostos e contribuição sobre serviços	(6.035)	(5.585)
Outras deduções	(1.624)	-
Receita líquida de serviços	61.777	59.044
Receita de construção	6.163	1.966
Receita líquida	67.940	61.010

18. Custos

	31/12/2022	31/12/2021
Custos de pessoal	(10.449)	(8.220)
Serviços de terceiros	(5.595)	(7.198)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.085)	(1.100)
Gastos gerais	(1.919)	(2.517)
Provisão de conserva especial	(5.951)	(1.832)
Depreciação e amortização	(11.296)	(10.261)
Custos dos serviços prestados	(36.295)	(31.128)
Custos de construção (a)	(6.102)	(1.947)
Total	(42.397)	(33.075)

(a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – contratos de concessão e OCPC 05.

19. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de pessoal	(5.745)	(4.995)
Serviços de terceiros	(4.449)	(2.009)
Materiais, equipamentos e veículos	(350)	-
Gastos gerais	(3.384)	(1.618)
Depreciação e amortização	(82)	(24)
Total	(14.010)	(8.646)

20. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de aplicação financeira	3.587	724
Atualização monetária ativa	151	-
Outras receitas financeiras	(182)	9
Receitas financeiras	3.556	733
Juros de empréstimos e financiamentos	-	(10.096)
Juros de debentures	(21.854)	-
Juros de contratos de arrendamento	(219)	(96)
Juros de contratos de mútuo passivos	(848)	(1.620)
Outras despesas financeiras	(463)	(263)
Despesas financeiras	(23.384)	(12.075)
Resultado financeiro, líquido	(19.828)	(11.342)

21. Contratos

Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suaape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

22. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
Vigência					
CRA	Dezembro de 2023	Dezembro de 2023	Agosto de 2023	Agosto de 2025	Setembro de 2023
Cobertura					
CRA	135.000	40.000	20.000	41.012	1.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23. Eventos subsequentes

Coisa julgada em matéria tributária

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: **(i)** verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e **(ii)** o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário.

A Administração da Companhia avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos relevantes que, conseqüentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

* * *